

JORNAL

VIGILANTE



TERÇA - FEIRA - 28 DE JULHO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O PARTIDO NOVO OFICIALIZOU NESTA SEGUNDA-FEIRA (27) A CANDIDATURA DE ROMEU ZEMA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NAS ELEIÇÕES DE 2026. A DECISÃO FOI TOMADA DURANTE A CONVENÇÃO NACIONAL DA LEGENDA, REALIZADA EM BRASÍLIA, MARCANDO A ENTRADA OFICIAL DO EX-GOVERNADOR DE MINAS GERAIS NA DISPUTA PELO PALÁCIO DO PLANALTO.

CAPACITAÇÃO **VEN AÍ!** **Produtor Legal** Do campo à nota: orientação para quem produz

30/07

Rio Claro

Residência do Senhor Adriano Lucht, Rio Claro
Santa Maria de Jetibá - ES

- 16h45 – Recepção com café colonial
- 17h15 – Emissão de Nota Fiscal Eletrônica no aplicativo
- 18h15 – Rastreabilidade
- 18h55 – Imposto de Renda do Produtor Rural
- 19h35 – Apresentação Institucional do Sicoob
- 19h50 – Confraternização

INSCREVA-SE

Para maiores informações, entre em contato:

Secretaria de Agropecuária 27 3263 4350 (Whatsapp) - Ramal 1017
Incaper - 27 3263 1367

Realização



Secretaria de Agropecuária

Núcleo de Atendimento ao Contribuinte



Patrocínio



DESDE 2008, A BIOMETRIA FAZ PARTE DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS E, ATUALMENTE, É UMA IMPORTANTE ALIADA DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA TORNAR A IDENTIFICAÇÃO DO ELEITORADO MAIS SEGURA. NAS ELEIÇÕES 2026, A TECNOLOGIA CONTINUARÁ SENDO UTILIZADA EM TODAS AS SEÇÕES ELEITORAIS DO PAÍS, CONTRIBUINDO PARA EVITAR FRAUDES E GARANTIR A AUTENTICIDADE DO VOTO DE CADA PESSOA.



O GOVERNO DA ARGENTINA INFORMOU QUE NÃO PRETENDE APRESENTAR UM PEDIDO FORMAL DE DESCULPAS AO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PELAS DECLARAÇÕES FEITAS PELO PRESIDENTE JAVIER MILEI DURANTE UM EVENTO PROMOVIDO PELO PARTIDO LIBERAL (PL) NO BRASIL. A POSIÇÃO FOI DIVULGADA POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO ARGENTINA E REPERCUTIDA PELA IMPRENSA DO PAÍS, REFORÇANDO QUE BUENOS AIRES CONSIDERA O EPISÓDIO ENCERRADO NO CAMPO DIPLOMÁTICO.

**Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!**

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES



ARGENTINA DESCARTA PEDIDO DE DESCULPAS AO BRASIL APÓS DECLARAÇÕES DE JAVIER MILEI EM EVENTO POLÍTICO

Governo argentino afirma que presidente exerceu sua liberdade de expressão e indica que não pretende rever posicionamento sobre discurso direcionado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo da Argentina informou que não pretende apresentar um pedido formal de desculpas ao presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e m r a z ã o d a s declarações feitas pelo presidente Javier Milei durante participação e m u m e v e n t o promovido pelo Partido Liberal (PL), no Brasil. A posição foi divulgada por veículos da imprensa argentina e indica que Buenos Aires considera encerrado o episódio, apesar da repercussão diplomática entre os dois países. (folhavoria.com.br) Segundo integrantes do governo argentino, as manifestações de Milei ocorreram no contexto de um evento político-partidário e refletem opiniões pessoais do presidente, sem que isso represente uma mudança na disposição da Argentina de manter relações institucionais com o Brasil. Declarações ampliaram tensão diplomática As falas de Javier Milei durante o encontro do PL voltaram a elevar a tensão entre os governos dos dois países. O presidente argentino fez críticas ao governo brasileiro e ao presidente Lula, reforçando posicionamentos que já haviam provocado atritos desde o início de seu mandato. Apesar do novo episódio, o governo argentino



Javier Milei, presidente da Argentina. Foto: Marina Uezima/Agência O Dia/Estadão Conteúdo

afirmou que não considera necessária qualquer retratação oficial, argumentando que o presidente exerceu sua liberdade de expressão durante uma atividade de natureza política. (folhavoria.com.br) Relação institucional será mantida Mesmo diante das divergências políticas entre os chefes de Estado, autoridades argentinas destacaram que os canais diplomáticos entre Brasil e Argentina permanecem ativos e que a cooperação bilateral continuará sendo conduzida pelas instituições responsáveis pelas relações exteriores. Brasil e Argentina mantêm uma das mais importantes parcerias econômicas da América do Sul, integrando o Mercosul e compartilhando uma extensa agenda de comércio, investimentos, infraestrutura e integração regional. Comércio continua como prioridade Analistas avaliam que, apesar das frequentes divergências políticas entre os dois presidentes, os interesses econômicos tendem a prevalecer

nas relações entre os dois países. A Argentina figura entre os principais parceiros comerciais do Brasil, enquanto o mercado brasileiro representa um dos principais destinos das exportações argentinas, especialmente nos setores automotivo, industrial e agrícola. Essa interdependência econômica reduz a possibilidade de que episódios políticos resultem em medidas que comprometam significativamente o fluxo comercial entre as duas nações. Cenário segue acompanhado pela diplomacia A decisão do governo argentino de não apresentar um pedido de desculpas encerra, por enquanto, a expectativa de uma retratação oficial em relação às declarações de Milei. Ainda assim, o episódio evidencia que as diferenças ideológicas entre os dois governos continuam influenciando o ambiente diplomático sul-americano. Especialistas em relações internacionais apontam que, embora as declarações possam gerar desgastes políticos, a tendência é que Brasil e Argentina preservem o diálogo institucional em temas estratégicos, mantendo a cooperação em áreas de interesse comum e buscando evitar impactos sobre a integração econômica e comercial entre os dois países.

CADE APROVA VENDA DA PARTICIPAÇÃO DA AMERICANAS NO EXTRAFRUTI PARA GRUPO DE EMPRESÁRIOS CAPIXABAS

Negócio marca nova etapa na gestão da rede varejista e reforça a presença do capital capixaba em um dos principais supermercados especializados em hortifruti do país. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a venda da participação da Americanas na rede Extrafruti para um grupo de empresários do Espírito Santo. A decisão representa um importante avanço no processo de reorganização patrimonial da varejista e consolida a mudança na composição societária da empresa, que tem forte atuação no mercado de hortifrutigranjeiros. (folhavoria.com.br) A operação faz parte das medidas adotadas pela Americanas para reduzir seu endividamento e dar continuidade ao plano de recuperação financeira iniciado após a crise contábil enfrentada pela companhia. Com a aprovação do órgão regulador, o negócio poderá ser concluído definitivamente após o cumprimento das etapas previstas no contrato entre as partes. Controle passa para investidores do Espírito Santo Com a autorização do Cade, a participação anteriormente detida pela Americanas será transferida para empresários capixabas que já possuem ligação com a operação da rede. A mudança fortalece o protagonismo do capital regional na administração do Extrafruti e amplia a autonomia da empresa para definir estratégias de expansão e investimentos. Segundo as informações

divulgadas, a análise realizada pelo Cade concluiu que a operação não gera prejuízos à livre concorrência nem provoca concentração econômica capaz de afetar o mercado varejista, motivo pelo qual o negócio foi aprovado sem imposição de condicionantes. (folhavoria.com.br) Rede mantém plano de crescimento Reconhecida por atuar no segmento de frutas, verduras, legumes e produtos alimentícios, a Extrafruti possui forte presença no Espírito Santo e vem ampliando sua atuação em outros estados brasileiros ao longo dos últimos anos. A expectativa é que a nova estrutura societária permita à empresa manter seu plano de expansão, com investimentos em novas unidades, modernização das lojas e fortalecimento da logística, preservando a identidade construída ao longo de sua trajetória no varejo especializado. Venda integra estratégia de recuperação da Americanas A alienação da participação na Extrafruti integra a estratégia da Americanas de vender ativos considerados não essenciais para reforçar seu caixa e cumprir os compromissos previstos em seu plano de recuperação judicial. Desde o início da reestruturação financeira, a companhia tem buscado concentrar esforços

em seu negócio principal, reduzindo participações em outras empresas como forma de equilibrar sua situação econômica e recuperar a confiança do mercado. Operação reforça confiança no mercado capixaba A aprovação da negociação também evidencia a atratividade do mercado varejista capixaba. A aquisição por empresários locais demonstra confiança no potencial de crescimento da rede e no consumo regional, além de fortalecer empresas com origem no Espírito Santo. Com a conclusão da operação, a expectativa é de continuidade das atividades da Extrafruti sem impactos para consumidores, fornecedores e colaboradores, preservando os investimentos da empresa e abrindo espaço para novos projetos de expansão nos próximos anos.

O contrato para a venda dos 10% do Extrafruti pertencente à Americanas foi assinado no final de junho. Foto: Divulgação/Extrafruti



ELEITORES JÁ PODEM SOLICITAR VOTO EM TRÂNSITO

Nem sempre é possível estar na cidade onde se está habilitado a votar no dia da eleição. Por isso, o Código Eleitoral prevê a possibilidade do voto em trânsito, modalidade que permite à eleitora ou ao eleitor votar fora do domicílio eleitoral, desde que faça a habilitação antecipadamente e observe as regras previstas para as eleições.

Para as Eleições 2026, o eleitor pode solicitar o voto em trânsito entre 20 de julho e 20 de agosto. Confira a seguir as principais informações sobre essa modalidade de transferência temporária de seção eleitoral.

Quem pode solicitar? Eleitoras e eleitores que estarão fora do domicílio eleitoral no dia da eleição, mas permanecerão em território nacional.

Onde será possível votar? Nas capitais e nos municípios com mais de 100 mil eleitoras e eleitores.

Se estiver em outro município do mesmo estado, o eleitor poderá votar para presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital.

Se estiver em outro estado, poderá votar apenas para presidente da República.

Eleitor inscrito no exterior que estiver em trânsito no Brasil poderá votar apenas para presidente da República, desde que solicite a habilitação dentro do prazo.

O voto em trânsito não pode ser solicitado por eleitores com domicílio eleitoral no Brasil que estiverem viajando para o exterior.

Depois da habilitação para votar em trânsito, o eleitor deverá votar na seção eleitoral para a qual foi designado. Caso não possa comparecer, será necessário justificar a ausência, inclusive se estiver no município do domicílio eleitoral de origem no dia da eleição.

Transferência temporária

O voto em trânsito é apenas uma das modalidades de transferência temporária de seção eleitoral. O artigo 30 da



Resolução TSE nº 23.751/2026 estabelece outros grupos de eleitores que podem solicitar essa alteração para as Eleições 2026:

presas e presos provisórios e adolescentes em unidades de internação; militares e agentes de segurança pública em serviço no dia da eleição; pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

indígenas, quilombolas, demais integrantes de comunidades tradicionais e residentes de assentamentos rurais; mesários e mesárias e pessoas convocadas para apoio logístico, incluídas aquelas nomeadas para atuarem nos testes de integridade das urnas eletrônicas;

juízas e juizes eleitorais, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral e promotoras e promotores eleitorais; agentes penitenciários(os), policiais penais e servidoras e servidores de estabelecimentos penais e de unidades de internação de adolescentes custodiadas(os) nos quais haverá instalação de seções eleitorais; pessoas em situação de rua.

O prazo para fazer a solicitação é de 20 de julho a 20 de agosto. Para os mesários, pessoas convocadas como apoio logístico e quem trabalha em estabelecimentos penais e unidades de internação onde haverá seções eleitorais, o prazo para solicitação de transferência temporária vai até 28 de agosto.

Consulte os locais disponíveis para a transferência temporária de seção eleitoral.

Como solicitar

Pelo Autoatendimento Eleitoral ou presencialmente em qualquer cartório eleitoral de Minas Gerais.

As pessoas com deficiência e mobilidade reduzida podem registrar o pedido pessoalmente ou por meio de curador, apoiador ou procurador, acompanhado de autodeclaração ou documento que comprove a deficiência ou dificuldade de locomoção.

Para presos provisórios e adolescentes em unidades de internação; quem trabalha em estabelecimentos penais e unidades de internação onde forem instaladas seções eleitorais; representantes das forças de segurança, juízes e servidores da Justiça Eleitoral e promotores eleitorais, a solicitação é feita por meio de formulário fornecido por um cartório eleitoral.

Eleitoras e eleitores podem pedir a transferência temporária para o primeiro turno, para o segundo turno ou para ambos.

Novo local de votação

Para todas as modalidades de transferência temporária, a consulta ao novo local de votação poderá ser feita a partir de 1º de setembro, nos seguintes canais:

site do TRE-MG;

e-Título;

Disque-Eleitor: telefones 148 ou (31) 2116-3600.

Assim como no voto em trânsito, a pessoa transferida temporariamente em uma das situações acima estará desabilitada para votar em sua seção de origem e habilitada na seção do local indicado no momento da solicitação. Se não comparecer à seção na qual foi habilitada, só poderá justificar a ausência às urnas se estiver fora do município onde fica a seção para a qual se transferiu.

Ficou com alguma dúvida? Ligue para o Disque-Eleitor – telefones 148 e (31) 2116-3600.

COMITIVA DO TJES PARTICIPA DO FÓRUM PERMANENTE DE AUDITORIA DO PODER JUDICIÁRIO, EM BRASÍLIA



O evento acontece nos dias 27, 28 e 29 de

realizado no Auditório do Conselho

julho, no Auditório do CNJ.

O juiz de Direito Felipe Monteiro Morgado Horta, secretário de Auditoria Interna, e o secretário de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Marcelo Campos Antunes, estão em Brasília para participar da quinta edição do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário,

Nacional de Justiça (CNJ).

O evento é realizado uma vez ao ano pelo CNJ, e conta com apoio dos órgãos do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-Jud.

Durante os três dias de fórum, ocorrem debates sobre temas relacionados à atividade da auditoria, além da difusão das melhores práticas adotadas pelos órgãos públicos. O objetivo é aprimorar a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Com informações do CNJ.

MANUAL DO ELEITOR: ENTENDA COMO VAI FUNCIONAR A BIOMETRIA NAS ELEIÇÕES 2026

Desde 2008, a biometria faz parte do processo de modernização das eleições brasileiras e, atualmente, é uma importante aliada da Justiça Eleitoral para tornar a identificação do eleitorado mais segura. Nas Eleições 2026, a tecnologia continuará sendo utilizada em todas as seções eleitorais do país, contribuindo para evitar fraudes e garantir a autenticidade do voto de cada pessoa.

Nesta edição da série Manual do Eleitor, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) responde às principais dúvidas sobre o assunto e explica o que acontece quando a impressão digital não é reconhecida ou quando a eleitora ou o eleitor ainda não possui cadastro biométrico.

Haverá identificação biométrica na eleição?

A Resolução TSE nº 23.759/2026 estabelece que a identificação biométrica será adotada em todas as seções eleitorais do país. Durante a votação, depois da conferência do documento oficial de identificação, o votante com biometria na Justiça Eleitoral será convidado a posicionar o dedo no leitor biométrico da urna eletrônica para confirmar sua identidade antes da liberação do voto. O procedimento integra as etapas de identificação do eleitorado e reforça a segurança do processo de votação.

Posso votar sem a biometria cadastrada?

Sim, desde que o título de eleitor esteja regular. Ou seja, não pode estar cancelado nem suspenso. A norma é expressa ao determinar que o exercício do voto não será impedido em razão da ausência de biometria ou de eventual problema relacionado aos arquivos biométricos cadastrados.

Quando a eleitora ou o eleitor não possui biometria registrada, a habilitação para votar será feita mediante a confirmação da identidade. Após a votação, a pessoa será orientada a procurar a Justiça Eleitoral ao término do pleito para coletar seus dados biométricos.

O que acontece se a biometria não for reconhecida pela urna?



O não reconhecimento da impressão digital também não impede a votação.

Inicialmente, a leitura biométrica poderá ser repetida por até quatro vezes. Persistindo a dificuldade, a mesa receptora fará novas verificações para confirmar a identidade da eleitora ou do eleitor. Será solicitado o ano de nascimento, a ser confrontado com as informações registradas no cadastro eleitoral. Se os dados coincidirem, a votação será autorizada. Nessa situação, a pessoa irá assinar o caderno de votação ou registrar a impressão digital, caso não saiba ou não possa assinar, e será orientada a comparecer posteriormente à Justiça Eleitoral para atualizar seus dados biométricos.

Como a biometria aumenta a segurança das eleições?

A biometria funciona como uma etapa adicional de confirmação da identidade do eleitorado.

Após a apresentação de um documento oficial com foto ou do aplicativo e-Título com foto e a conferência dos dados pela mesa receptora, a urna eletrônica realiza a validação biométrica antes de liberar a votação. Esse procedimento reduz o risco de que uma pessoa tente votar no lugar de outra e reforça a confiabilidade da identificação realizada pela Justiça Eleitoral.

Além disso, quando houver dúvida sobre a identidade da eleitora ou do eleitor, a legislação prevê procedimentos complementares de conferência e autoriza a utilização do reconhecimento biométrico, quando disponível, para auxiliar na confirmação da identidade.

Quais informações são coletadas no

cadastro biométrico?

Durante o atendimento realizado pela Justiça Eleitoral para alistamento, revisão ou transferência do título, são coletados:

fotografia no padrão internacional ICAO;

impressões digitais dos dez dedos, ressalvada impossibilidade física; assinatura digitalizada, quando aplicável.

Essas informações passam a integrar o cadastro eleitoral e são utilizadas para tornar mais segura a identificação das eleitoras e dos eleitores.

Mas, atenção! Atualmente, não é possível cadastrar a biometria, porque o cadastro eleitoral está fechado. O cadastramento biométrico será retomado quando o cadastro for reaberto, no dia 3 de novembro de 2026.

Biometria reforça a confiabilidade do processo eleitoral

A identificação biométrica é mais uma das medidas adotadas pela Justiça Eleitoral para fortalecer a segurança do processo de votação. Ao mesmo tempo em que dificulta tentativas de fraude relacionadas à identificação do eleitorado, a tecnologia não impede o exercício do direito ao voto de quem ainda não possui cadastro biométrico ou enfrenta dificuldades no reconhecimento da impressão digital, já que a própria Resolução TSE nº 23.759/2026 prevê procedimentos alternativos para confirmar a identidade do eleitor.

Biometria em Minas Gerais

Dos 16.377.659 eleitoras e eleitores aptos a votar em Minas Gerais, 76,87% (12.589.054) têm a biometria cadastrada. Um crescimento de 50% em relação às últimas eleições gerais, de 2022, quando os eleitores biometrizados eram 51,42% (8.375.985) do total apto a votar.

TCE-ES SUSPENDE LICITAÇÃO DE R\$ 3,6 MILHÕES APÓS DENÚNCIA DE VEREADORES EM LARANJA DA TERRA

Uma licitação estimada em R\$ 3,6 milhões, promovida pela Prefeitura de Laranja da Terra, foi suspensa por decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). A medida foi adotada após uma representação apresentada por cinco dos nove vereadores do município, que apontaram possíveis irregularidades no processo licitatório e questionaram a necessidade da contratação de uma empresa especializada para prestar serviços de engenharia e arquitetura. Contratação previa ampla terceirização de serviços técnicosO edital tinha como objetivo contratar uma empresa para elaborar projetos de engenharia e arquitetura, prestar consultoria e assessoria técnica, além de supervisionar, fiscalizar e acompanhar obras públicas realizadas pelo município.Segundo os parlamentares, entretanto, parte dessas atividades poderia ser desempenhada pela própria estrutura administrativa da prefeitura, que já conta com servidores efetivos ocupando cargos de engenheiro civil, arquiteto e gestor de projetos. Na avaliação dos vereadores, a administração municipal não apresentou justificativas técnicas suficientes para demonstrar a necessidade da terceirização.Denúncia aponta falhas no planejamentoNa representação encaminhada ao Tribunal de Contas, os vereadores sustentam que o



processo licitatório foi elaborado sem estudos técnicos que comprovassem a real demanda da contratação. Eles também alegam ausência de quantitativos mínimos para os serviços previstos e falta de definição dos custos unitários, fatores que poderiam comprometer o planejamento da despesa pública.De acordo com a denúncia, o valor previsto para a contratação representa aproximadamente 4,6% das despesas empenhadas pelo município, percentual considerado expressivo diante da ausência de justificativas detalhadas para o investimento.Tribunal vê risco ao interesse públicoAo analisar o caso, a Primeira Câmara do TCE-ES acolheu o parecer técnico e determinou, em caráter cautelar, a suspensão imediata da licitação.Relator do processo, o conselheiro Rodrigo Chamoun destacou que contratações de elevado impacto financeiro exigem planejamento rigoroso, fundamentação técnica consistente e demonstração clara do interesse público. Segundo ele, a forma como o edital foi

estruturado levanta dúvidas quanto à efetiva necessidade da contratação.Ainda conforme o relator, o procedimento apresenta características de uma contratação ampla e genérica, sem demonstração objetiva das demandas específicas da administração municipal, o que pode comprometer princípios como eficiência, transparência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.Licitação permanece suspensaCom a decisão cautelar, ficam suspensos todos os atos relacionados à Concorrência Eletrônica nº 7/2026, incluindo eventual homologação do certame, assinatura de contrato e emissão de ordem de serviço, até que o Tribunal conclua a análise definitiva do processo.Prefeitura deverá prestar esclarecimentosO TCE-ES estabeleceu prazo de cinco dias para que a Prefeitura de Laranja da Terra comprove o cumprimento da decisão cautelar e de dez dias para apresentar defesa, documentos e esclarecimentos sobre os questionamentos levantados pelos vereadores.Em caso de descumprimento da medida, o Tribunal fixou multa diária de R\$ 1 mil aos responsáveis. A Corte ressaltou que a suspensão possui caráter preventivo e busca assegurar a legalidade do procedimento, evitando eventual dano ao erário enquanto o mérito da representação é analisado.

MPES REALIZA LEILÃO COM MAIS DE 1,5 MIL BENS E OFERECE COROLLA COM LANCE INICIAL DE R\$ 35,9 MIL

Evento será realizado de forma on-line e reúne veículos, móveis, equipamentos de informática, eletrodomésticos e diversos outros bens considerados inservíveis para a administração pública.O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) abriu os lances para um grande leilão de bens patrimoniais que reúne 1.537 itens, distribuídos em 35 lotes. A disputa será realizada exclusivamente pela internet e oferece oportunidades para pessoas físicas e jurídicas interessadas em adquirir veículos, mobiliário, equipamentos eletrônicos e diversos outros materiais por valores abaixo dos praticados no mercado.Entre os destaques do leilão estão dois veículos Toyota Corolla GLI, ano/modelo 2011/2012, ambos com lance inicial de R\$ 35,9 mil. Além dos automóveis, os lotes incluem computadores, notebooks, monitores, aparelhos de ar-condicionado, geladeiras, frigobares, impressoras, scanners, móveis de escritório, portas de vidro, louças sanitárias e sucatas metálicas.Lances variam de R\$ 150 a R\$ 35,9 milOs interessados encontram opções para diferentes perfis de compradores. Os lotes de menor valor possuem lances iniciais entre R\$ 150 e R\$ 500, contemplando itens como cadeiras, mesas, portas, peças de mobiliário e materiais classificados como

inservíveis pelo órgão.Já os lotes com equipamentos de informática e eletrodomésticos apresentam valores iniciais que variam de aproximadamente R\$ 1.105 a R\$ 3 mil, reunindo notebooks, computadores, monitores, aparelhos de climatização e outros equipamentos que podem atender empresas, escritórios e profissionais autônomos.Como participarO leilão será realizado às 9 horas do dia 17 de agosto, em ambiente totalmente virtual. Para disputar os lotes, é necessário realizar cadastro prévio e habilitação junto ao leiloeiro responsável pelo certame. Os lances antecipados permanecem disponíveis até o início da sessão oficial.Antes da realização do leilão, os interessados poderão conferir pessoalmente os bens durante os dias 4, 5 e 6 de agosto, das 13h às 17h, na Unidade Avançada do MPES, localizada na Rua Desembargador Homero Mafrá, nº 188, na Enseada do Suá, em Vitória. A visitação será aberta ao público e não exige agendamento prévio.Renovação do

patrimônio públicoA alienação dos bens faz parte do processo de renovação patrimonial do Ministério Público. Os materiais disponibilizados foram classificados como inservíveis para a administração pública, mas ainda podem apresentar utilidade para empresas, instituições e consumidores interessados em reaproveitamento.Além de liberar espaço físico e reduzir custos de armazenamento, o leilão permite que os recursos arrecadados retornem aos cofres públicos, contribuindo para uma gestão mais eficiente do patrimônio institucional.Fonte: Folha Vitória e Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES).



NOVO OFICIALIZA ROMEU ZEMA COMO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E INTENSIFICA DISPUTA ELEITORAL DE 2026

O Partido Novo confirmou oficialmente a candidatura do ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema, à Presidência da República nas eleições de 2026. A decisão foi homologada durante a convenção nacional da legenda, realizada em Brasília, marcando o início da campanha do partido na corrida pelo Palácio do Planalto. A oficialização reforça a estratégia do Novo de apresentar Zema como representante de uma alternativa liberal no cenário político nacional, apostando em sua experiência administrativa e nos resultados obtidos durante seus dois mandatos à frente do governo mineiro. Durante a convenção, dirigentes da legenda destacaram o histórico de gestão do ex-governador e defenderam a ampliação desse modelo para o governo federal. Vice ainda será definido. Apesar da confirmação da candidatura, o partido ainda não anunciou quem ocupará a vaga de vice-presidente na chapa. Segundo Zema, a definição ocorrerá dentro do prazo previsto pela legislação eleitoral, enquanto a legenda mantém conversas com outras siglas em busca de uma possível aliança. Entre os nomes cogitados para compor a chapa estão lideranças de outros partidos e até mesmo o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, citado pelo próprio candidato como uma possibilidade. No entanto, o Novo também admite disputar a eleição com uma chapa formada exclusivamente por integrantes da legenda, caso não haja acordo político. Discurso voltado à gestão e ao combate ao PT. Durante o evento, o presidente nacional do Novo, Eduardo



Ribeiro, afirmou que a administração de Zema em Minas Gerais demonstra que é possível promover uma gestão baseada em responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e combate ao desperdício de recursos públicos. Em seu discurso, o dirigente também fez duras críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), reforçando que a eleição presidencial será marcada por um forte embate político entre os diferentes projetos para o país. Zema, por sua vez, destacou que pretende defender propostas voltadas ao crescimento econômico, redução do tamanho do Estado, fortalecimento da segurança pública e incentivo ao empreendedorismo, bandeiras que têm marcado sua atuação política desde que ingressou na vida pública. Distanciamento de alianças com o PL. Mesmo sendo apontado anteriormente como um possível nome para compor uma chapa com o Partido Liberal (PL), Romeu Zema reafirmou que permanecerá na disputa presidencial como cabeça de chapa e descartou qualquer possibilidade de assumir a vice-presidência em outra

candidatura. Nos últimos meses, o ex-governador protagonizou divergências públicas com integrantes do bolsonarismo, especialmente após críticas direcionadas ao senador Flávio Bolsonaro. As declarações provocaram reações dentro do próprio campo da direita e evidenciaram diferenças estratégicas entre o Novo e setores ligados ao PL. Desafio será ampliar espaço nas pesquisas. Embora tenha consolidado sua candidatura, Romeu Zema inicia a campanha enfrentando o desafio de ampliar sua presença nacional. Os levantamentos de intenção de voto divulgados até o momento indicam que a disputa presidencial permanece polarizada entre os principais nomes da corrida eleitoral, enquanto candidatos de outras legendas buscam conquistar espaço junto ao eleitorado. O candidato, entretanto, afirma que o cenário atual não o preocupa. Como argumento, relembra sua primeira eleição ao governo de Minas Gerais, em 2018, quando cresceu nas pesquisas apenas nos dias que antecederam o primeiro turno e acabou sendo eleito governador do estado. Campanha começa com foco na construção de alianças. Com a candidatura oficialmente registrada pelo partido, a expectativa agora é pela definição do vice e pela consolidação de apoios políticos que possam fortalecer o projeto eleitoral do Novo. As próximas semanas serão decisivas para a formação da chapa e para a estratégia que Romeu Zema adotará na tentativa de ampliar sua competitividade na disputa pela Presidência da República.

TJES ABRE PROCESSO DE PROMOÇÃO 2026 PARA SERVIDORES EFETIVOS

Poderão participar os servidores efetivos que tenham concluído o estágio probatório até 30 de junho de 2026.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) publicou o Ato que declara aberto, a partir desta segunda-feira (27), o Processo de Promoção 2026 dos servidores efetivos do Poder Judiciário estadual. Ao todo, 715 servidores estão aptos a participar do ciclo deste ano.

Poderão participar os servidores efetivos que tenham concluído o estágio probatório até 30 de junho de 2026 e cumpram os demais requisitos previstos na Lei nº 7.854/2004, em suas alterações, e no Ato nº 504/2023. Também é necessário observar os interstícios mínimos de três ou quatro anos, conforme o caso.

Não participam do processo os servidores ativos enquadrados no nível 25 ou superior da carreira profissional, bem como aqueles promovidos nos Processos de Promoção 2024 e 2025.

Os servidores deverão registrar, obrigatoriamente, seus títulos e certificados na página Intranet > Promoção > Recursos Humanos > Promoção – Cursos, conforme as modalidades do fator profissional previstas no

Ato nº 504/2023.

Após o lançamento das informações, será necessário conferir, imprimir e assinar o requerimento gerado pelo Sistema de Promoção e juntá-lo, juntamente com a documentação comprobatória, ao processo SEI específico de promoção. Em seguida, o processo deverá ser encaminhado à Comissão Permanente de Promoção (CEPRO).

O prazo para lançamento dos títulos, juntada da documentação e envio do processo SEI à CEPRO será de 27 de julho a 26 de agosto de 2026. Documentos encaminhados fora desse período não serão considerados para fins de promoção.

Para os servidores que participarão do processo de promoção pela primeira vez, será necessário instaurar um novo processo SEI, na tipologia Pessoal: Promoção, para atender às exigências do procedimento.

O período aquisitivo dos títulos varia conforme a situação funcional do servidor. Para quem nunca participou de processo de promoção, serão considerados os títulos obtidos desde a nomeação no PJES até 30 de junho de

2026. Para os demais, serão analisados os títulos obtidos entre 1º de julho de 2022 e 30 de junho de 2026, observadas as exceções previstas na legislação.

Ao final da análise, será publicado um Ato de Promoção único.

Em caso de dúvidas sobre o processo, os servidores poderão entrar em contato com a Comissão Permanente de Promoção (CEPRO) pelo e-mail cepro@tjes.jus.br

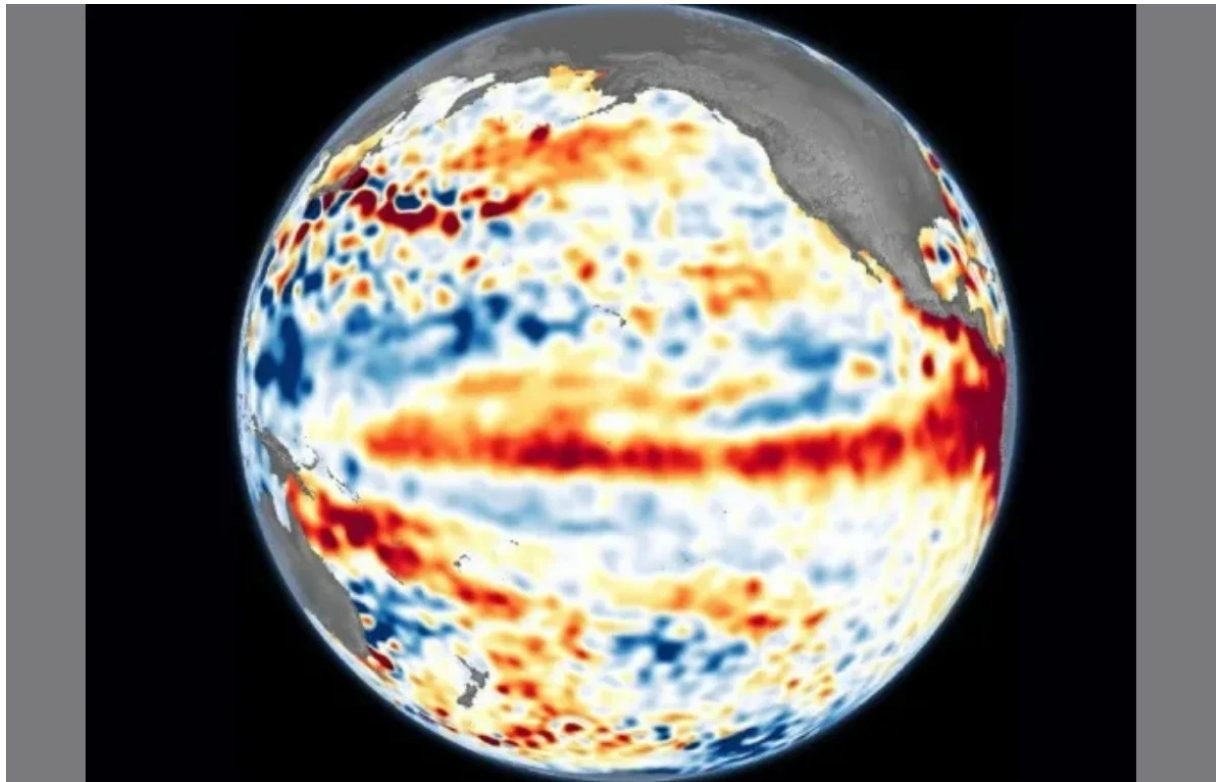
Confira a publicação na íntegra em: <https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/index.php/component/ediario/?view=content&id=1849224>

Vitória, 27 de julho de 2026



SUPER EL NIÑO PODE MARCAR UM DOS EVENTOS CLIMÁTICOS MAIS INTENSOS DOS ÚLTIMOS 150 ANOS

As projeções climáticas mais recentes acenderam um alerta entre cientistas de diferentes partes do mundo. Estudos indicam que o El Niño em desenvolvimento no Oceano Pacífico tem cerca de 90 % de probabilidade de se tornar o mais intenso registrado desde o início das medições modernas, há aproximadamente 150 anos. Caso as previsões se confirmem, o fenômeno poderá provocar uma sequência de recordes de temperatura global e ampliar a ocorrência de eventos climáticos extremos em diversas regiões do planeta. A estimativa foi elaborada por pesquisadores da Berkeley Earth, com base em 14 modelos climáticos analisados e divulgados pela revista científica New Scientist. As simulações apontam que o aquecimento das águas superficiais do Pacífico Equatorial poderá atingir aproximadamente 3,6°C acima da média histórica, superando o recorde registrado durante o forte El Niño de 2015 e 2016, quando a anomalia chegou a 2,75°C. Aquecimento global intensifica os impactos. Especialistas destacam que o El Niño, por si só, altera a circulação atmosférica e modifica o padrão de distribuição de calor e umidade em diversas partes do mundo. No entanto, quando esse fenômeno ocorre em um planeta já aquecido pelas emissões de gases de efeito estufa, seus efeitos tendem a ser ainda mais intensos. Entre as principais consequências esperadas estão ondas de calor mais frequentes e prolongadas, secas severas, chuvas intensas, enchentes, deslizamentos de



terra, incêndios florestais e o branqueamento de corais, afetando ecossistemas e atividades econômicas em diferentes continentes. Novos recordes de temperatura podem ocorrer. Os pesquisadores também avaliam que os próximos anos poderão registrar novos máximos históricos na temperatura média do planeta. As projeções indicam que 2027 reúne condições para se tornar o ano mais quente já observado desde o início dos registros meteorológicos, embora 2026 também apresente potencial para estabelecer novos recordes caso o aquecimento continue acelerado. Brasil deve sentir efeitos distintos conforme a região. No território brasileiro, os impactos do El Niño costumam variar de acordo com a localização geográfica. Historicamente, o fenômeno favorece o aumento das chuvas na Região Sul, elevando o risco de enchentes e deslizamentos. Já áreas do Norte e do Nordeste tendem a enfrentar períodos mais secos e temperaturas elevadas. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a expectativa é de calor acima da

média e maior frequência de ondas de calor, enquanto o comportamento das chuvas dependerá da evolução do fenômeno e da interação com outros sistemas atmosféricos. Espírito Santo também permanece em alerta. Para o Espírito Santo, as previsões indicam temperaturas superiores à média e redução no volume de chuvas durante parte do segundo semestre de 2026. Especialistas alertam que o cenário pode favorecer estiagens prolongadas, aumento do risco de incêndios florestais, pressão sobre os reservatórios de

água e impactos na produção agrícola, especialmente nas culturas que dependem da regularidade das chuvas, como o café. Além dos reflexos no campo, o calor intenso pode elevar o consumo de energia elétrica, aumentar a demanda por água e criar condições mais favoráveis para a proliferação de doenças transmitidas pelo mosquito Aedes aegypti, como a dengue. Monitoramento será fundamental. Embora as projeções indiquem alta probabilidade de um episódio excepcionalmente forte, pesquisadores ressaltam que o comportamento definitivo do El Niño dependerá da evolução das condições oceânicas e atmosféricas nos próximos meses. A recomendação é que governos, setor produtivo e população acompanhem os boletins meteorológicos e reforcem medidas de prevenção para minimizar os impactos de um fenômeno que poderá marcar a história recente da climatologia mundial.

TJES EMPOSSA JUIZ DE DIREITO ELIEZER SIQUEIRA DE SOUSA JUNIOR



O magistrado vai atuar na 1ª Vara Criminal de Aracruz.

A presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargadora Janete Vargas Simões, deu posse ao juiz de Direito

Justiça (CNJ).

A permuta ocorreu entre o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Com a movimentação, o juiz

Eliezer Siqueira de Sousa Junior, nesta segunda-feira (27). O magistrado passa a integrar a Justiça estadual capixaba por meio do instituto da permuta entre tribunais de justiça, regulamentado pelo Conselho Nacional de

Eliezer Siqueira de Sousa Junior passa a integrar os quadros do TJES, enquanto a juíza Roberta Holanda de Almeida passa a compor o Tribunal de Justiça do Ceará. Já o Tribunal de Justiça de Sergipe recebeu o juiz Marcelo Durval Sobral Feitosa.

A solenidade foi realizada no gabinete da Presidência e contou com a presença de magistrados, servidores, familiares e convidados. Ao dar as boas-vindas ao novo integrante da magistratura capixaba, a presidente Janete Vargas Simões destacou a importância da chegada do magistrado, que volta a trabalhar no Espírito Santo. O juiz de Direito Eliezer Siqueira de Sousa Junior agradeceu a acolhida e vai atuar na 1ª Vara Criminal de Aracruz.

Vitória, 27 de julho de 2026

FEIRA DA COOABRIEL 2026 BATE RECORDE DE PÚBLICO E CONSOLIDA FORÇA DO AGRONEGÓCIO CAPIXABA

Evento reuniu mais de 34 mil visitantes, ampliou oportunidades de negócios e reforçou o papel do Espírito Santo como referência nacional na cafeicultura. A edição de 2026 da Feira de Agronegócios da Coaabriel entrou para a história ao registrar o maior público desde a criação do evento. Realizada em São Gabriel da Palha, a feira recebeu mais de 34 mil visitantes ao longo de seus dias de programação, consolidando-se como um dos principais encontros do agronegócio brasileiro e uma vitrine para inovação, tecnologia e desenvolvimento do setor cafeeiro. (folhavitoria.com.br) Além da expressiva participação de produtores rurais, técnicos, empresários e representantes de instituições públicas e privadas, o evento movimentou diversos segmentos da economia regional, fortalecendo o comércio, a rede hoteleira, os serviços e o turismo de negócios no Norte e Noroeste do Espírito Santo. Ambiente voltado à inovação no campo. Durante a feira, os visitantes tiveram acesso às principais novidades voltadas ao agronegócio, incluindo máquinas e implementos agrícolas, tecnologias para produção de café, soluções em irrigação, fertilizantes, defensivos, energia renovável, agricultura de precisão e ferramentas de gestão rural. A programação também contou com palestras técnicas, demonstrações de campo e apresentações sobre sustentabilidade, produtividade e tendências do mercado agrícola, permitindo que produtores conhecessem novas alternativas para aumentar a eficiência e a competitividade de suas propriedades. (folhavitoria.com.br) Negócios e fortalecimento da cafeicultura. Reconhecida como uma das maiores cooperativas de café conilon do Brasil, a Coaabriel utilizou a feira para aproximar cooperados, empresas fornecedoras, instituições financeiras e compradores, criando um ambiente favorável à realização de negócios e à apresentação de novas tecnologias para o campo. A expectativa dos organizadores é que os contatos estabelecidos durante o



evento resultem em investimentos e parcerias capazes de impulsionar a produção agrícola nos próximos meses, beneficiando especialmente os cafeicultores capixabas. Sustentabilidade e desenvolvimento regional. Além do foco comercial, a feira destacou iniciativas voltadas à sustentabilidade, ao uso racional dos recursos naturais e à adoção de práticas agrícolas mais eficientes. Temas como preservação ambiental, inovação tecnológica e sucessão familiar no campo também estiveram presentes na programação. A realização do evento reforça a importância da cafeicultura para a economia do Espírito Santo, estado que ocupa posição de destaque na produção nacional de café conilon e vem ampliando investimentos em tecnologia, qualidade e agregação de valor ao produto. Evento consolidado crescimento O

recorde de público alcançado em 2026 demonstra o crescimento contínuo da Feira da Coaabriel e sua consolidação como um dos principais eventos do calendário do agronegócio brasileiro. O aumento no número de visitantes evidencia o interesse crescente por inovação, conhecimento e oportunidades de negócios no setor rural. Com a participação de milhares de produtores, empresas e especialistas, a feira reafirma seu papel como espaço estratégico para o fortalecimento da agricultura, incentivando a modernização das propriedades rurais, a troca de experiências e o desenvolvimento econômico do Espírito Santo e de outras regiões produtoras do país.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá em 28/07/2026

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 024/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obras de adequação de área pública no bairro Vila Jetibá, em Santa Maria de Jetibá - ES, destinada à instalação do Projeto "Brinquedo Praça - Kit C", da SETADES.
ABERTURA DE LICITAÇÃO: 12 de agosto de 2026, a partir de 08h;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h do dia 29 de julho de 2026 até às 7:59h do dia 12 de agosto de 2026.
LOCAL DE ABERTURA: Bolsa Nacional de Compras (BNC) – www.bnc.org.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.bnc.org.br.
ID CiudadES: 2026.062E0700001.01.0081

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos (gerais).
ABERTURA DE LICITAÇÃO: 10 de agosto de 2026, a partir das 08h;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 8h do dia 29 de julho de 2026 até às 7:59h do dia 10 de agosto de 2026.
LOCAL DE ABERTURA: Bolsa Nacional de Compras (BNC) – www.bnc.org.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.bnc.org.br.
ID CiudadES: 2026.062E0700001.01.0082

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza.
ABERTURA DE LICITAÇÃO: 10 de agosto de 2026, a partir das 08h;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 8h do dia 29 de julho de 2026 até às 7:59h do dia 10 de agosto de 2026.
LOCAL DE ABERTURA: Bolsa Nacional de Compras (BNC) – www.bnc.org.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.bnc.org.br.
ID CiudadES: 2026.062E0700001.01.0080

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal



Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35